

Joédison Alves



Barracos que não preenchem os pré-requisitos da política habitacional do governo foram ao chão. Moradores reagem e acusam PM de atirar contra eles. Polícia diz que foi tiro de efeito moral

Mais um dia de batalha na Estrutural

Conflito entre moradores e mais de 60 policiais militares deixa seis feridos.
Oitocentos barracos devem ser derrubados

Cristine Gentil
 e Joedson Alves
 Da equipe do **Correio**

Dois barracos derrubados e seis pessoas feridas foi o resultado de mais um conflito entre policiais e moradores da Invasão da Estrutural ocorrido na manhã de ontem. Não sobrou nada dos barracos de madeirite do conjunto A da quadra 6, escolhidos como os primeiros a serem derrubados em mais uma operação de desmonte na área. À tarde, outros quatro barracos foram desmontados, mas não houve novo tumulto.

Eram 10h quando o muro de cimento que circundava os dois barracos foi abaixo. Três fiscais da Admi-

nistério do Guará e outros dez funcionários receberam o apoio de 60 policiais militares para iniciar o trabalho de derrubada dos barracos de 800 famílias que, segundo o Instituto de Desenvolvimento Habitacional do DF (Idhab), não preenchem os pré-requisitos exigidos pela política habitacional do governo, entre eles morar há mais de cinco anos no Distrito Federal e não ter outro imóvel. Revoltados, os moradores tentaram impedir a derrubada. Jogaram pedras e receberam tiros de volta.

“Os tiros foram pra cima, com balas de borracha, de efeito moral”, garantiu o major Volnei Rodrigues, administrador militar da Estrutural. Os moradores, no entanto, garantem que a munição era de verdade. “Se

uma pessoa só da Estrutural estivesse armada, teríamos um conflito muito maior”, previa o deputado distrital José Edmar (PSDB), que chegou ao local minutos depois do início do tumulto.

A moradora Maria Vilany Rocha, 54 anos, registrou queixa por lesões corporais na 3ª Delegacia de Polícia (Cruzeiro). Ela não quis dar declarações à imprensa, mas o advogado dos moradores, Ennio Bastos, disse que os ferimentos nas duas pernas de Vilany foram provocados por estilhaços de bala. Um outro morador, não identificado, foi ferido na perna direita e levado ao Hospital Regional da Asa Norte. Com um corte na testa, Aderivaldo de Castro Cunha, 34 anos, acusava a polícia de ter batido nele sem motivo. “Já chegaram dando paulada”, disse.

Segundo o major Volnei, essas pessoas não foram vítimas de balas nem de uma ação violenta da polícia. “Deverem ter se machucado na confusão, na correria. Eles queriam mesmo é

fazer bagunça”, disse ele, que também contabilizou os prejuízos da polícia. No confronto, foram atingidos com pedradas o tenente Valseck Peixoto, o cabo Adilson Silva e o soldado Dogival da Silva. Um dos carros da Polícia Militar teve o vidro quebrado.

Munido com uma pilha de documentos, o advogado Ennio Bastos levou os donos dos dois barracos derrubados para a 3ª DP com o objetivo de registrar ocorrência. “Essa foi mais uma atitude criminosa, ilegal e arbitrária, atendendo a interesses escusos. Vamos entrar com uma queixa-crime contra o major Volnei”, prometeu. O advogado acha que a Estrutural não pode ser mais considerada invasão. “É um assentamento. O governo fez um acordo com os moradores. Retirou lá de cima (Alta Estrutural) e os assentou na outra parte. A Justiça já reconheceu isso”, garante.

O major Volnei argumenta que não existe fundamento nas palavras de Ennio. “A terra é pública e temos poder de polícia para retirar invasores

do local”, defende-se. Segundo o administrador militar, foi dado prazo de uma semana — que se esgotou na última segunda-feira — para que essas famílias que não se enquadram aos critérios do Idhab desocupassem a área. “Oferecemos passagem de volta para o seu estado de origem ou então o pagamento de um mês de aluguel”, explica.

Nenhuma dessas opções agradou a Eva Maria da Silva, 50 anos, nem ao seu sobrinho, Alzandir Alves da Silva, 34 anos. Os dois moravam nos barracos derrubados há quatro anos. “Tenho mais de vinte anos de Brasília e nunca ganhei um lote. Cansei de pagar aluguel. Somos seres humanos, não somos animais. O governo tem que respeitar nossos direitos”, reclamava Eva, enxugando as lágrimas, que chegou do trabalho e encontrou seu barraco no chão. “Já lutamos muito para sair daqui sem nada”, continuava o sobrinho Alzandir, um entre os 2.250 chefes de família que ainda resistem no lugar.